

O MODERNO AGRICULTOR FAMILIAR NO URUGUAI

Juan Romero *

Resumo: A modernização operada no Uruguai, constituída pela integração agro-industrial e pela formação de complexos agroindustriais, é uma imagem do que ocorreu nos países mais desenvolvidos na matéria. Devido às características no uso dos recursos básicos, é possível haver na agricultura diversas combinações de fatores de produção e diferentes formas de organização social. Essas combinações de fatores, associadas a formas específicas de organização social, levam à formação de complexos culturais ligados à produção agrícola. As novas formas de produção agrícola dos atuais produtores familiares, adaptadas às dinâmicas condicionantes do processo de modernização, geraram um novo tipo de agente e de cultura produtiva no cenário da agricultura uruguaia. Essa nova organização e adaptação produtiva por parte dos agentes sociais da agricultura redimensiona seus problemas: sem eliminá-los, razão pela qual se torna necessário redefiní-los.

Palavras-chave: sociologia rural - agricultura familiar - processos de modernização agrária - horticultura uruguaia.

As novas formas de produção agrícola dos atuais produtores familiares, adaptadas às dinâmicas condicionantes do processo de modernização, geraram um novo tipo de agente e de cultura produtiva no cenário da agricultura uruguaia. O presente artigo destaca as modificações sofridas por este setor da agricultura familiar em face das novas condicionantes da modernização agrária, num contexto de liberalização da economia.

* Professor Assistente e Pesquisador do Departamento de Sociologia da *Facultad de Ciencias Sociales* da *Universidad de la Republica Oriental del Uruguay*. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP. Bolsista da FAPESP.



Pesquisas de campo realizadas pela Universidade do Uruguai permitiram identificar formas de adaptação, por parte dos agricultores familiares, ao processo de modernização ocorrido no âmbito da produção hortícola. Este trabalho detalha os resultados de levantamentos de dados na área do departamento de Salto, na República Oriental do Uruguai, e apresenta os dados referentes a esses levantamentos, especificando: na seção 2, uma contextualização do fenômeno; na seção 3, uma caracterização do novo tipo de produtor familiar em Salto, tendo em conta as características da estrutura produtiva e os padrões socioculturais; e, na seção 4, algumas reflexões conceituais a respeito desse novo tipo de agricultor familiar.

O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero

CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÔMENO

Ao longo deste século, e em especial depois da Segunda Guerra Mundial, notam-se significativas mudanças na agricultura e em sua relação com o restante da sociedade.

Tenderam a crescer os requisitos de insumos e bens de capital produzidos fora do setor, entre eles na indústria mecânico-metalúrgica e química; tendeu a crescer o papel dos serviços de comercialização, financiamento, pesquisa científica e/ou tecnológica e da transferência de tecnologia; aumentou a importância da indústria como agente de demanda de alimentos e matérias primas agropecuárias; é também cada vez maior o grau de transformação dos produtos naturais antes de chegar ao consumidor final. As agriculturas nacionais tenderam a tornar-se intensamente regulamentadas pelos estados nacionais através de suas políticas econômicas, as quais têm estado cada vez mais integradas em consequência de três processos: o primeiro conduz a uma maior relação entre as agriculturas nacionais; o segundo tende à mundialização da tecnologia agropecuária e industrial, com marcadas diferenças entre os países; e o terceiro faz com que os agentes privados situados em empresas-chave nas cadeias agroalimentares e nos serviços de

financiamento venham a ter um papel cada vez maior nos resultados alcançados na própria agricultura.

As mencionadas transformações no processo produtivo levaram a mudanças substanciais dos agentes sociais que as operaram, quer sejam referidos como trabalhadores, produtores, empresários, técnicos etc. As mudanças na organização da produção agropecuária, industrial e na comercialização repercutiram definitivamente na forma de estruturação e na dinâmica dos setores sociais envolvidos no mundo agropecuário.

A realidade agropecuária do Uruguai não escapou à tendência mundial, que se caracteriza por um quadro de aparente estagnação produtiva, o qual oculta duas realidades diferenciadas: “(...) a estagnação da produção hegemônica, a pecuária, e o crescimento bastante dinâmico de uma série de rubricas agroindustriais vinculadas a mercados externos” (PIÑEIRO, 1992: 30).

A modernização operada no Uruguai, constituída pela integração agroindustrial e pela formação de complexos agroindustriais, é uma imagem do que ocorreu nos países mais desenvolvidos na matéria. A agroindústria foi, em grande parte, a portadora das mudanças na agricultura, indicando quando, como, quanto e onde produzir, e orientando as características técnicas e econômicas dos setores envolvidos. Essas mudanças geraram um processo de transformação de um sistema dominante de produzir e distribuir para um sistema que implica uma nova estruturação social, o que leva a transformações nas classes sociais agrárias e em seus padrões de conduta.

Devido às características no uso dos recursos básicos, é possível haver na agricultura diversas combinações de fatores de produção e diferentes formas de organização social. Essas combinações de fatores, associadas a formas específicas de organização social, levam à formação de complexos culturais ligados à produção agrícola.

As aludidas mudanças que se processaram na forma de produzir e na forma de adaptar-se à industrialização agrícola indicariam a emergência de uma nova forma de organização técnica,



econômica, financeira, gerencial e cultural na produção agrícola.

Essa nova organização e adaptação produtiva, por parte dos agentes sociais da agricultura, redimensiona seus problemas; sem eliminá-los, coloca-os, razão pela qual se torna necessário redefinilos.

Características do processo de modernização agrária

Ao falar de modernização agrária, fazemos referência aos processos sociais emergentes da aplicação de um modelo de desenvolvimento agrário que se expandiu na América Latina, vinculado inicialmente à revolução verde da década de 60 – ou seja, à introdução de pacotes tecnológicos vindos do centro desenvolvido por meio das empresas transacionais de alimentos – e continuando com o desenvolvimento dos complexos agroindustriais da década de 70, que na atualidade continuam operando com intensidade no país.

Em inícios da década de 80, e com particular ênfase nos seus anos finais (com a queda do socialismo real no Leste Europeu), manifesta-se a crescente integração das economias nacionais à economia mundial. Com o avanço nos sistemas de transporte e de comunicação e a crescente transnacionalização das empresas e do capital financeiro, tende-se a criar um mercado único em nível mundial, ao qual todos os agentes produtivos do mundo agrícola devem confluir.

Essa situação começou a ser gestada progressivamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, através de mudanças quantitativas graduais, alcançando seu amadurecimento nos finais da década de 80, com a crescente importância das empresas transnacionais, a mobilização em massa de capital produtivo em nível mundial, a expansão dos bancos transnacionais e a intensificação dos fluxos de capital financeiro.

Esses processos geraram mudanças qualitativas na expansão das redes comerciais mundiais, encaminhando-as a uma reestruturação da produção em escala mundial e a uma transforma-

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero



O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

ção das formas de divisão internacional do trabalho, as quais começam a emergir com clareza na atualidade (SANTOS, 1992). Com isso, as decisões quanto ao que, como, e quando investir e produzir passam a ser tomadas cada vez mais em função do mercado mundial.

Nesse processo de internacionalização da economia, as empresas transnacionais são aquelas que possuem uma visão estratégica do mercado, e é de acordo com os seus interesses que se organizam a produção e o comércio, subordinando-se as ações de outros agentes a esta lógica.

Neste sentido, essas ações determinam de maneira crescente as decisões individuais que se tomam em todas as regiões do mundo, em cada economia nacional, embora se trate de grupos que aparentemente são marginais ao mercado, não-vinculados ou subalternos em relação ao mercado das respectivas economias nacionais (BARKIN, 1981).

O processo de internacionalização tende a se dar com maior força na América Latina devido aos resultados e impactos do endividamento externo e dos processos de ajuste estrutural que se realizam no continente. Esses processos aceleraram a integração e a abertura da economia latino-americana ao novo processo econômico mundial.

A forma de integração que se observa numa parte deste novo processo econômico do capitalismo não deixa de lado os problemas característicos das economias latino-americanas de décadas anteriores para sua real inserção no sistema. Devido a isso, não deixa de ser assimétrica sua forma de inserção no sistema e de uma crescente dependência ao seu funcionamento econômico nacional em face do sistema global (SANTOS, 1992b), ao mesmo tempo que a articulação entre as partes do sistema gera nos termos e espaços determinados pelas necessidades das empresas transnacionais dos países mais desenvolvidos.

De um ponto de vista mais geral, pode-se considerar os processos assinalados como sendo de penetração e instalação do capitalismo na agricultura em suas diferentes fases; implicam, por



sua vez, uma base material que está relacionada ao aumento na produtividade do trabalho e da terra, a investimentos ao longo do processo produtivo e à utilização de conhecimentos científicos para desenvolver tecnologias que permitam incrementar a produtividade e o lucro.

Nesse sentido, De Janvry, Leveen e Runsten (1980) assinalam que “a tecnologia é um produto social e seus efeitos sobre o crescimento do produto e as rendas estão determinados não somente pela sua própria natureza, mas também, principalmente, pelas relações sociais do contexto”.

Nos últimos vinte anos, no setor agropecuário uruguai, geraram-se variedades produtivas que começam a crescer, procurando condições para concorrer no mercado internacional sob a influência do modelo econômico que, em inícios da década de 70, colocou forte ênfase nas exportações não-tradicionais.

Este processo de capitalização da agricultura, de caráter especificamente econômico, está associado a mudanças na cultura produtiva dos produtores. Essas mudanças incluem novos aspectos, tais como uma revalorização dos mercados mundiais, da mudança técnica e da inovação tecnológica, espírito de iniciativa, disposição para correr riscos, ênfase na informação e na gestão dos recursos da empresa, tanto em seu interior como em seu âmbito de atuação.

Como diz Newby e Sevilla Gúzman: “As explorações dependem agora em maior medida dos *insumos* fornecidos desde fora do setor, e os agricultores, antigamente empresários independentes, encontram-se sujeitos a uma erosão progressiva de sua independência. A agricultura encontra-se envolvida em maior medida num complexo produtor de alimentos, encontrando-se seus limites além da agricultura em si, num complexo de indústrias agroquímicas, de engenharia, de transformação, de vendas e de distribuição, no qual participam tanto no fornecimento dos *insumos* agrários como na comercialização dos produtos agrários” (1983: 80).

Müller (1990: 25) faz referência à modernização agrária, e também social, como um processo que vem destruindo a “velha” agricultura, num sentido amplo, como construção técnico-econô-

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

mico-financeira e gerencial-cultural, emergindo deste processo um novo tipo de agricultura com as características antes citadas; e aqueles agricultores que não logram transformar-se, convertem-se em agentes de uma agricultura marginal à predominante.

Assim, neste mundo do capital, as leis dinâmicas da economia são aquelas da acumulação; como diz Vessuri, “o poder da acumulação do capital se baseia fundamentalmente em ser dono das técnicas mais produtivas e na capacidade da exclusão dos outros em relação à sua utilização” (1981: 121).

Um setor dos agricultores familiares, nos últimos anos, incorporou-se ao processo de capitalização agrária: parte dele desenvolveu características estruturais e culturais capitalistas, ao passo que, ao mesmo tempo, alguns outros conservaram ainda suas características de agricultores familiares mais tradicionais. Esta situação nos levaria a pensar num tipo social de produtor familiar moderno, o que justifica o seu estudo mais aprofundado.

Internacionalização do sistema agrícola alimentário

É no contexto da internacionalização da economia mundial que cabe, hoje em dia, analisar as mudanças ocorridas na agricultura e no sistema agroalimentar mundial. A heterogeneidade entre os sistemas agrícolas alimentares nacionais, no que diz respeito à disponibilidade dos recursos naturais, à localização em relação aos centros de consumo, aos sistemas de difusão e à geração da tecnologia pertinente e às estruturas agrárias, faz com que a internacionalização penetre de formas e em tempos diferentes, conforme o país ou a região.

Juntamente com essas particularidades, os sistemas agrícolas alimentares caracterizam-se por terem sempre um sistema nacional de referência – população a qual alimentam – e pretendem, em sua maioria, a auto-suficiência de alimentos básicos. Além dessas características, estão as outras que integram a própria produção agrícola, com suas limitações biológicas e de distribuição



para sua comercialização, limitações estas que se apresentam cada vez mais como restrições.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial vieram a predominar no mundo agrícola políticas de segurança no abastecimento alimentar, fundamentalmente nos países desenvolvidos, os quais passaram a procurar a auto-suficiência de alimentos. Esta situação produziu uma forte revolução científico-técnica na agricultura dos países desenvolvidos, que obtiveram aumentos de produtividade e na tecnologização da produção que mudaram substancialmente o mercado mundial.

Definitivamente, observa-se, por um lado, que o cenário atual no qual se processa a internacionalização da agricultura e dos sistemas agrícolas alimentares mundiais é o dos países desenvolvidos, que protegem seus mercados e engendram uma forte corrente exportadora para outros mercados com produtos subsidiados. Por outro lado, nota-se que as consequências diferenciais do sistema agrícola alimentar mundial expressam com clareza, e através de dualidades, suas contradições, pois ele se caracteriza por crises de superprodução em alguns países e, em outros países – a maioria do Terceiro Mundo –, por marcadas deficiências alimentares.

O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero

A comercialização agrícola e a integração regional

Surgiram nos últimos anos, no mercado mundial, alimentos agrícolas de uma faixa denominada “alimentação natural”, cuja produção se caracteriza por volumes pequenos mas muito importantes quanto ao valor, pelo respeito ao meio ambiente e pela sua alta e fina qualidade.

Sustentando o surgimento desta faixa de mercado, existe um processo de modificação importante nos padrões alimentares de um setor da população mundial. Pouco a pouco, passou-se de uma dieta rica em farinhas, carnes e gorduras para uma outra mais rica em frutas e hortaliças. Esta mudança é produto de uma valorização social positiva que chega a uma imagem publicitária da “alimenta-



O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero

ção sadia”, associada a uma estética do corpo que valoriza as formas esguias e uma importante dose de “naturalismo”, também associada a uma revalorização do meio ambiente e, portanto, do “natural”, atitude que leva a uma preferência pelo consumo de produtos frescos. Isso produziu uma mudança quantitativa e qualitativa nos mercados de frutas e hortaliças frescas.

Estas mudanças surgem principalmente nos setores de rendas altas e médias dos países desenvolvidos; todavia, graças aos efeitos da mundialização, da globalização cultural e da comunicação, tendem a expandir-se e homogeneizar-se em curto tempo entre todos os setores de altas rendas do resto do mundo, aculturando ou mundializando – segundo a opinião que se sustente – a dieta desses setores sociais.

A formação e expansão dessa camada não é apenas produto das revalorizações sociais de certos alimentos, mas advém, também, de um duplo processo de concentração de renda. O primeiro desses processos se dá em nível mundial: 15% da população dos países desenvolvidos faz 56% dos gastos mundiais com alimentos. O segundo processo se dá em nível nacional, em especial no Terceiro Mundo, onde, em decorrência do ajuste estrutural de suas economias, aproximadamente 20% das residências concentram mais de 50% da renda nacional.

Nesse sentido, e articulando os elementos indicados, estima-se que 20% da população do MERCOSUL têm uma renda maior que US\$ 10 mil e padrões de consumo iguais aos dos setores de faixa de rendas semelhantes nos países desenvolvidos, como efeito da mundialização dos valores e símbolos de uma “vida sadia”. Essa situação não tem passado desapercebida para as transnacionais de alimentos, que, frente a um mercado de alimentos básicos em redução e uma saturação relativa em alguns produtos nas camadas de elite dos países desenvolvidos, começaram a investir de forma a poder atender à procura dessas camadas, porém no Terceiro Mundo.

Por isso, esse caminho não deixa de apresentar dificuldades para os agricultores latino-americanos. O maior problema deste grupo é obter acesso às redes de comercialização, as quais se



transformaram no núcleo dessa nova cadeia produtiva. As empresas transnacionais que fornecem esses produtos aos países desenvolvidos possibilitaram o surgimento das transnacionais de quarta geração (LLAMBI, 1993). Essas empresas controlam o acesso aos mercados e transferem todos os riscos ao produtor, e diante de qualquer problema que surja no mercado se afastam, deixando os produtores sem possibilidades de comercialização, já que seus produtos se encontram altamente direcionados para uma procura muito específica.

Neste contexto, a integração regional é considerada, por um país pequeno como o Uruguai, como o mecanismo pertinente pelo qual os países com uma dimensão econômica pequena e um poder econômico insuficiente para serem interlocutores de peso diante dos blocos econômicos venham a ter a possibilidade participar, com alguma oportunidade de sucesso, da crescente concorrência dos mercados internacionais da atualidade.

Além disso, essa situação possibilitaria aos países pequenos terem um leque de alternativas para captar investimentos de empresas que pretendam operar nos mercados maiores e ampliados, tomando como plataforma de atuação os países menores.

A integração regional pode ser uma saída para os sistemas agrícolas alimentares se vier a se transformar num instrumento efetivo para proteger os produtores do comércio desleal, impossibilitando a entrada, na região, de produtos protegidos ou subsidiados e articulando as redes de comercialização nacionais para conseguir abastecer, de forma integrada, os setores de altas rendas da região.

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

O NOVO TIPO DE PRODUTOR FAMILIAR EM SALTO

Para colocar elementos empíricos que sirvam de apoio às idéias expressas anteriormente, utilizar-se-ão os resultados de uma investigação feita na região norte do Uruguai, na localidade de Salto; acreditamos que neles se demonstra com maior clareza a emergência do setor dos agricultores familiares modernos. A situação que revela o processo de modernização agrária observada na

região surgiu e se desenvolveu com uma alta participação dos agricultores familiares.

A região do estudo apresenta condições agroecológicas que permitem a produção de cultivos fora de temporada, visando o abastecimento da região sul do Uruguai e principalmente da capital, Montevidéu. Cabe aqui esclarecer que a expansão, na região, dos chamados cultivos de "primor" – culturas de vegetais atípicos em dada época do ano, para as quais se prepara um microclima apropriado através de estufa ou de cobertura com mantas de plástico – deve-se à emergência de setores de altas rendas (beneficiados pela concentração dos lucros), que aumentaram seu consumo de frutas e hortaliças frescas fora de estação (PIÑEIRO, 1991a) e pela incorporação das cadeias de supermercados e hipermercados na venda desse tipo de produtos, ampliando a oferta. Ambos os fatores se retroalimentaram, originando uma tendência ao aumento sustentado da procura nos últimos anos.

O dinamismo econômico da região deve-se à atividade da produção hortícola chamada de "primor". Atualmente existem mais de 100 hectares (mais aproximadamente, 120) de cultivos protegidos por coberturas de plástico; 50% desta superfície corresponde ao crescimento dos últimos quatro anos. Os cultivos principais são o tomate e a pimenta vermelha e verde, mas nos últimos anos foram incorporados outros cultivos, como milho, berinjela, alface, melancia, melão etc. Esta diversificação dos cultivos aumenta as possibilidades de comercialização e protege os produtores das oscilações dos preços regionais. Os outros cultivos de importância na região são o morango fora de estação, que atinge uma superfície de 70 hectares, e a cebola. Os produtores atingem um número de aproximadamente seiscentos, dos quais 76% são agricultores familiares.

Para a descrição que se segue utilizaram-se dados oriundos de uma pesquisa quantitativa através de uma amostragem representativa dos produtores da região (com margem de erro de $\pm 5\%$). A enquete coletou informação sobre o tipo de trabalho utilizado no estabelecimento (familiar e/ou assalariado), o nível



tecnológico utilizado para os cultivos e o nível de capitalização atingido — esta informação permitiu construir um índice de relações sociais de produção. Em função desse índice, dividiram-se os produtores em *familiares* e *capitalistas*¹.

A descrição tenta ressaltar o caráter “híbrido” desses agricultores, que articulam perfis de empresários capitalistas com os de agricultores familiares tradicionais.

A adoção tecnológica

Setenta por cento dos produtores utilizam o pacote tecnológico mais avançado em cultivos chamados de “primor”. São agricultores familiares, que participam com 55% da superfície total cultivada sob plástico. Esta situação é o primeiro indicador de que este setor incorporou a nova tecnologia e assumiu os demais elementos necessários deste empreendimento, o qual acarreta uma importante quantidade de capital por hectare.

A tecnologia de estufa consiste basicamente de um “cultivo sob cobertura plástica, com sistema de regos e com condições sanitárias e de umidade controladas; permite liberar a produção de muitos riscos climáticos, acelerar o processo de germinação e diminuir os tempos de crescimento” (PIÑEIRO, 1991b).

Essas condições de produção fizeram reduzir a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, produzindo uma crescente industrialização da mencionada produção hortícola de “primor”. O efeito dessa industrialização é que se acelera a velocidade da rotação do capital e, portanto, a taxa de lucro (MÜLLER, 1990). Em geral, os estudos da questão agrária compartilham a idéia de que essa situação beneficia o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, marginalizando a produção familiar. Entretanto, nessa região não se beneficiaram apenas os capitalistas, mas também os agricultores familiares, ao se viabilizarem maiores possibilidades de acumulação. Portanto, a idéia de identificar a industrialização da agricultura como um processo de ajuda à penetração do capitalismo

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

¹ Os produtores cujos índices se situaram entre 0 e 1 foram classificados como *familiares* e os que se situaram em mais de 1 foram classificados como *capitalistas*.

nesta é questionada empiricamente ao se demonstrar que os agricultores familiares, com as adaptações técnicas necessárias, também podem beneficiar-se desses processos.

A conduta associativa

Outra das atitudes novas ou diferenciadas deste setor, frente aos agricultores familiares tradicionais, é a disposição destes para associar-se com vistas a poder potencializar alguns processos de comercialização ou produção. Assim, 66% dos sócios do Movimento de Horticultores de Salto (MHS) são agricultores familiares. Esta organização – que tem como principais atividades as de atacado, de varejo, de preparo e exportação de hortaliças frescas – foi um ponto central no processo de modernização, abrindo novos mercados regionais e potencializando a produção da região. O surgimento dessa organização demonstra que a saída desses agricultores familiares passa pela aquisição de formas associativas que refletem seus interesses produtivos, para que suas ações sejam acrescidas de capacidade econômica e política.

Características do estabelecimento e do produtor

Dentre os produtores, 70% têm, pelo menos, um trator e 18%, mais de um. Isto demonstra a capitalização do setor. Mas 50% fazem fumigaçāo – ou “cura” com mochila de mão –, técnica utilizada quando existe um excesso de força de trabalho ou força de trabalho não-paga, característica típica da agricultura familiar tradicional. Ao mesmo tempo, e afirmando este conceito, observa-se que 74% dos produtores têm um veículo para o transporte de sua produção e só 18% têm veículo para uso pessoal.

Quanto à gestão da comercialização, observa-se que existem boas possibilidades de comercialização na região, mas 67% dos produtores enviam sua produção para ser vendida na capital do país



através de intermediários. Esta é uma atitude de assumir mais riscos, já que o processo de comercialização é mais complexo e supõe uma maior gestão, em comparação com a atitude de dispor-se a vender apenas na própria região. Portanto, esses produtores procuram aumentar seus lucros através da utilização de mecanismos de comercialização mais complexos.

Em termos de algumas características pessoais dos produtores, observa-se que 50% deles têm entre 30 e 50 anos, sendo um pouco mais jovens que os tradicionais produtores familiares do Uruguai; porém, 70% deles só tiveram educação primária, o que salienta uma característica mais própria do produtor familiar: sua baixa educação em termos formais.

Do conjunto dos produtores, 90% moram exclusivamente nas unidades produtivas e 95% têm como rendimento principal seu próprio estabelecimento. Isto assinala que não se perderam duas das características principais da agricultura familiar: a dependência ante o estabelecimento como principal fonte de rendimentos familiares e a moradia nele².

Um elemento a destacar, de suma importância, é que 85% dos produtores hortícolas encontram-se há mais de dez anos nesta condição e 77% informaram que seus pais também se dedicavam a esta atividade. É um setor, portanto, com uma forte tradição na produção, que na maioria dos casos atinge mais de uma geração, o que também é uma característica básica da agricultura familiar. Este elemento nos permite afirmar com relativa certeza que a tradicionalidade dos produtores familiares não é um obstáculo para a inovação técnica ou para a disposição de se empreenderem novas formas de ação na gestão do estabelecimento. Esta constatação se defronta com uma visão, muito difundida, de que a tradicionalidade é o maior obstáculo para a incorporação dos agricultores familiares aos processos de modernização. O exemplo utilizado coloca em questão esta suposição. A multiplicação de trabalhos empíricos deste tipo poderia fornecer novos elementos ao debate desta temática. Para ressaltar a nova "ruralidade" que abriga esses produtores, cabe assinalar o alto índice de eletrificação que se

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

² Isto também marca uma característica própria da região, que é a baixa proporção de semi-assalariados, assim como o aparecimento mesmo deste novo tipo de produtor familiar, acompanhado pelo progressivo desaparecimento de situações de semi-assalariados.

observa entre eles: 75% dos produtores têm esse tipo de energia em seu estabelecimento.

Algumas opiniões, atitudes e comportamentos

Para poder apresentar as atitudes deste setor, que, como afirmamos, incorporou um importante componente de gestão empresarial e de ética de risco à produção familiar, utilizar-se-ão vários indicadores. O primeiro está relacionado com os investimentos para o futuro. Quanto aos cultivos, nenhum produtor pensa em reduzir a superfície de estufa, e, pelo contrário, 60% deles planejam aumentá-la; todavia, é certo que isso depende de condições favoráveis do mercado. Mas também é claro que a insegurança que gera a contínua baixa de taxas alfandegárias e a política monetária demonstra que a decisão dos agricultores familiares de aumentar sua superfície de estufa é um sinal da disposição para assumir riscos. Esta não é uma ação de resistência, mas é, em vez disso, uma ação que visa ampliar seus recursos, com atitudes sendo assumidas de acordo com essa decisão. A presença desta nova mentalidade também se vê reforçada quando se constata que 40% dos produtores estão planejando investimentos no estabelecimento para o próximo ano – como, por exemplo, eletrificar, trocar de trator, comprar mais terra, comprar veículos etc. Ressalte-se, no entanto, que essas decisões, que são do tipo empresarial, encontram-se associadas a condutas ainda básicas de agricultores familiares, como revela o fato de que 75% tomam as decisões de investimento e do que cultivar só após consultar suas famílias e que apenas 15% consultam algum técnico antes de tomar uma decisão relativa a novos investimentos. Isso ao mesmo tempo reflete, também, as dificuldades históricas que os agricultores familiares têm para receber uma assistência técnica adequada, inclusive porque até naqueles casos em que se incorporam novas técnicas permanentemente, apenas 30% deles recebem a necessária assistência técnica. Porém, os agricultores familiares declaram informar-se tecnicamente através



de encontros em estações experimentais ou de conversas com os técnicos, com os vizinhos, e consultando revistas e artigos sobre a temática.

Quanto à gestão do estabelecimento, observou-se que 70% utilizam algum controle contábil, 70% utilizam controles de produção, 90% pagam os impostos relativos à previdência social e 70% recebem apoio de um profissional para pagar seus impostos. Por último, mas não menos significativo, 90% destes produtores pensam que é importante ou muito importante freqüentar cursos de capacitação em gestão de empresas, demonstrando uma alta valorização da necessidade de capacitar-se neste assunto.

Quanto às estratégias de encarar o futuro processo de integração regional representado pelo MERCOSUL, observa-se certa atitude positiva em assumir os desafios que isto implica: 40% pensam que o impacto da integração sobre seu estabelecimento pode ser positivo e só 24%, que será negativo. Esta percentagem de produtores que tendem a pensar que a integração será positiva é alta em relação àquelas observadas em outras pesquisas sobre grandes empresários urbanos e rurais, e demonstra uma atitude positiva, neste assunto, difícil de conseguir no setor, entre os agricultores familiares mais tradicionais. Estes últimos vêem a integração só como um elemento negativo que se soma às já difíceis condições existentes. Esta constatação de sua situação é certa, mas pode-se pensar que a integração deixa alguns espaços para a procura de alguma saída para muitos agricultores familiares, que, como se observa, incorporam uma nova forma de gestão ao adotar uma atitude diferente frente aos novos desafios, baseada na dolorosa aprendizagem destas últimas décadas de modernização pela exclusão.

Para finalizar, o que aqui se apresentou poderia ser objetado por alguns, com o argumento de que apenas se assinalou o perfil do clássico agricultor familiar capitalizado. Em certo sentido é assim, mas, em nosso entender, este conceito não faz mais que reduzir a importância do fenômeno ao situar este agente numa fase de transição de um estado a outro. Esta conceituação perde a riqueza da análise deste setor social e fundamentalmente perde de vista que

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

a maioria desses novos agricultores familiares não se transformaram em empresários capitalistas, mas se estabilizaram na situação que se revelou.

Assim é porque ninguém poderia afirmar que, num futuro imediato, na agricultura, só existirão empresários e assalariados. Isto não acontece em nenhum setor da economia e nada leva a pensar que na agricultura aconteça algo diferente. Pelo contrário, a hipótese mais provável é a de que, devido às condições específicas da produção agropecuária, a presença, neste setor, de empresários familiares deverá ser maior que nos outros campos da economia.

O estudo das características específicas deste setor, suas modalidades de gestão e seu desenvolvimento técnico leva-nos a aprofundar as análises sobre os determinantes do processo de inclusão – sem cair em reducionismos economicistas – para desenhar alternativas que reduzam a taxa de exclusão dos agricultores familiares neste novo modelo de acumulação.

REFLEXÕES CONCEITUAIS:

O NOVO TIPO DE AGRICULTOR FAMILIAR

Nesta seção tentar-se-á assinalar, como reflexão adicional, alguns conceitos relativos às modificações sofridas por um setor da agricultura familiar, no contexto de livre-mercado e dos processos de modernização agrária. A agricultura familiar resistiu de várias maneiras às condições indicadas; o mais importante é que essa resistência modificou-se, ela própria, não vindo a ser passiva no sentido de conservar sua situação original. Essa resistência transformou suas modalidades, criando um tipo de mobilidade social, diferente daquela clássica, ascendente e descendente, que chama-mos de mobilidade vertical. Este processo poderia indicar a lentidão na estruturação de uma camada social diferente, afastada da tipologia camponeses-capitalistas, entendida em termos de polaridade, o que leva a pensar em novas formas de inclusão e de exclusão nos processos sociais agrários (KMAID e RIELLA, 1991).



Definir o produtor familiar seria admitir que já o conhecemos o suficiente para determinar sua essência e seus limites; é necessário, entretanto, levantar uma série de pressupostos que permitam armar um esquema de análise e colocar limites ao nosso objeto de estudo. Assim, o *produtor familiar* é entendido como *uma unidade de produção agrícola na qual a propriedade e o trabalho estão intimamente unidos à família; pensamos num produtor que utiliza em sua exploração do estabelecimento uma maior força de trabalho familiar que de força de trabalho assalariada e que produz principalmente para o mercado*.

Esta definição é a que mais se ajusta à realidade da situação da agricultura uruguaia (PIÑEIRO, 1991c). É importante esclarecer que existe uma grande heterogeneidade entre os produtores que indicamos, mas acreditamos que esse é o único conceito que pode ser abrangente, acima das diferenças possíveis de se encontrarem para cada caso neste setor social. Portanto, as afirmações que aqui se fazem sobre este setor social de produtores familiares, deverão ser adaptadas para cada região ou setor produtivo específico.

Cabe destacar também que fazemos referência neste artigo a produtores dedicados à horticultura, por ser este setor produtivo aquele mais tradicionalmente vinculado à agricultura familiar. Habitualmente, o termo “produtor familiar” caracteriza mais uma exploração individual, de preferência tradicional, e por isso tende a ser naturalmente confundida com uma exploração de tipo camponesa.

No que diz o respeito à agricultura francesa, Henri Mendras (1967: 321) havia previsto para 1967 o fim dos camponeses franceses. Dezoito anos depois, ele demonstra que tinha razão e declara que o que aconteceu foi o desaparecimento da exploração familiar (MENDRAS, 1985: 27). Em verdade, a exploração camponesa hoje em dia praticamente desapareceu do território francês, mas, quase com certeza, a exploração familiar não. O que acontece é que não se pode confundir as duas coisas.

“Exploração camponesa” é um conceito de análise que define um modelo de funcionamento específico de exploração agrícola, descrito e analisado por A. Tchayanov (1972: 19) e

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero



O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero

continuado posteriormente por H. Mendras, J. Tepicht (1976: 236) e por outros autores. Segundo Tchayanov, o modelo camponês define-se a partir das seguintes características: (i) existe uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; (ii) o trabalho é familiar e não pode ser feito com sentido de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável; (iii) o objetivo da produção é produzir valores de uso e não de troca.

Para Henry Mendras (1967: 319), o tipo ideal de sociedade camponesa define-se por cinco características: a) há uma autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; b) há uma importância estrutural do grupo doméstico; c) é um sistema econômico de autarquia relativa; d) é uma sociedade de inter-relacionamentos; e) há uma função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma união entre a sociedade local e a sociedade em geral.

Admite-se que a exploração agrícola é o próprio fundamento dessa sociedade; essas características adaptam-se pelas unidades de produção agrícola, as quais as aplicam à sua estrutura produtiva. Encontram-se em Mendras todas as características da exploração camponesa definida por Tchayanov e, especificamente, as que fazem referência às relações entre a produção e a família. Além disso, encontra-se aqui uma dimensão mais sociológica, pois se valoriza as relações entre a exploração camponesa, a sociedade local e a sociedade como um todo universal. Avançando nesta linha de pensamento, a exploração camponesa é interpretada como uma exploração familiar, mas nem toda exploração familiar é necessariamente uma exploração camponesa.

As formas todas de exploração familiar não podem ser abrangidas por um único modelo de análise. Por exemplo, é claro na França que a maioria absoluta das explorações familiares tem uma origem no modelo camponês. Esta situação significa que todo produtor francês teve uma origem camponesa, da qual herdou os padrões socioculturais característicos do modelo camponês. Mas este exemplo está longe de ser o majoritário no mundo inteiro; por exemplo, na África, na região de Zaghouan, na Tunísia, várias



observações demonstram que a maioria das explorações familiares tem como origem um modelo baseado no tipo colonial, ou seja, baseado na produção mercantil e na utilização de uma mão-de-obra externa à família. Ainda um outro exemplo a destacar, diferente deste, é o que acontece no sul do Brasil (região de Ijuí, no Rio Grande do Sul) como também em Quebec, Canadá, onde se observaram efeitos de um tipo de colonização ocidental diferente.

Seria um erro pensar que são idênticos todos os produtores que têm como referência um modelo anterior, além de partilharem um mesmo sistema de valores e as mesmas ambições de futuro. Embora tenha havido a transmissão de um patrimônio sociocultural comum, o estado de conservação desse patrimônio pode mudar de uma sociedade para outra, da mesma forma que no interior de uma mesma sociedade e até de um produtor para outro.

Nesse sentido, se reconhece o papel fundamental que tem no modo de funcionamento da exploração familiar um modelo anterior, ao qual todo produtor, mais ou menos conscientemente, faz referência; a este modelo damos o nome de *modelo de origem*. Também todo produtor planeja para o futuro uma determinada imagem de sua unidade produtiva, organiza estratégias e toma decisões segundo uma forma de pensar produtiva, para a qual tende sempre essa imagem da situação esperada. Denominamos este modelo de referência para o futuro *modelo esperado*.

Citemos, como exemplo, produtores familiares que têm como objetivo não a reprodução enquanto tal da unidade produtiva em si, mas a reprodução familiar (modelo familiar) ou simplesmente a sobrevivência da família (modelo de subsistência), ou produtores familiares que têm como objetivo a formação de uma produção agrícola organizada com base no trabalho assalariado para a obtenção de um lucro máximo (modelo de empresa familiar moderna). É assim que a categoria do produtor familiar assume situações extremamente variadas.

As explorações familiares agrícolas não se apresentam como um grupo social homogêneo, ou seja, como formação social

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

que se ligue a uma classe social em termos marxistas. A exploração familiar não é, assim, um elemento da diversidade: ela mesma contém toda uma ampla diversidade. Num mesmo espaço e num mesmo modelo de funcionamento, as explorações se dividem em diferentes classes sociais, segundo suas condições objetivas de produção (área, nível de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc.). Toda exploração familiar define-se como caso ao mesmo tempo de um modelo de funcionamento e de uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada nesses dois níveis. O enfoque tipológico – no sentido clássico do termo – constitui um elemento de análise importante da exploração familiar agrícola.

Nossa concepção da produção familiar organiza-se em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado, integração que entendemos como completa, ou seja, tanto no plano técnico-econômico como no plano sociocultural. É evidente que um determinado grau de integração ao mercado se correlaciona com uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação social. Nesse sentido, diz H. Lamarche: “Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (1993: 19).

Suas oportunidades de atingir o modelo esperado de unidade produtiva, ou simplesmente de se aproximar desse modelo, dependerão da complementariedade do projeto do agricultor familiar com o que a sociedade reservar para ele, como agricultor familiar. Desta forma se pode explicar a dominação de alguns tipos de produtores familiares, a sua estagnação, a sua diminuição ou a sua eliminação.

Apesar de determinadas tendências predominantes, as explorações familiares não se encontram sob a influência de um processo de evolução determinista da história, que inexoravelmente as levam a um mesmo destino. Não existe um determinismo histórico para o nosso propósito de análise. A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração



familiar não pode ser definida sob um modo de produção específico, como é a exploração camponesa ou a empresa agrícola.

Neste contexto de análise, duas noções devem ser consideradas: as noções de bloqueio e de ruptura. A noção *de bloqueio* corresponde a uma situação que impede o chefe da unidade produtiva de praticar estratégias que lhe permitam atingir o modelo esperado para a unidade produtiva. A noção *de ruptura* corresponde a um antagonismo profundo entre o modelo esperado e o modelo dominante, promovido pela sociedade de forma global.

A produção familiar está um pouco em todas partes do mundo, apesar das numerosas adversidade econômicas e políticas, fato este devido à sua capacidade de adaptação. As explorações familiares que sempre permaneceram em seus lugares souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas, a instabilidades climáticas, à coletivização da terra ou à mudança sociocultural determinada pela economia de mercado.

Nesse sentido diz B. Jean: “Encontramos aqui um outro paradoxo da agricultura familiar: ela foi capaz de integrar rapidamente as inovações na agricultura, seja a nível das técnicas ou dos instrumentos de produção. A exploração agrícola familiar confirmou-se como um modo de produzir fortemente competitivo, com certeza mais que uma agricultura tipicamente capitalista. Neste caso, imaginem que o empresário agrícola precisa realizar a taxa média de lucro, pagando salários a seus operários e, ao mesmo tempo, fazendo concorrência a alguém que renuncia ao lucro, que não contabiliza seu tempo de trabalho (e sabe-se que o agricultor modernizado trabalha em média setenta horas por semana, o que é praticamente o dobro do tempo de trabalho das demais profissões) e que se atribui a si mesmo um salário apenas suficiente para manter-se em atividade” (1994: 57).

Frente à predominância do modelo de liberalização da economia em nível mundial, a conformação de mercados regionais, somada à hegemônica política de ajuste fiscal nos estados latino-americanos, originou uma capacidade de reação e adaptação de um setor importante dos agricultores familiares no Uruguai. A busca de

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero



O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero

uma nova forma de acesso aos mercados, a necessidade de adaptar-se a suas novas possibilidades, a procura de maior informação e de formas não-tradicionais de associação são alguns dos elementos que um setor de agricultores familiares se encontra incorporando lentamente a sua ação desde há vários anos.

Em sua origem, a agricultura familiar uruguaia desenvolveu-se no contexto de um modelo que procurava a segurança no abastecimento de gêneros alimentícios, o crescimento econômico por meio do aumento da produção, a substituição das importações, a criação de empregos para crescentes setores urbanos e uma justa distribuição do produto gerado (RAMOS, 1993). Neste quadro, a função social destinada a este setor foi a de produzir alimentação barata para a crescente classe operária urbana. Por isso se estruturou um setor social de agricultores familiares que, com estas regras macroeconômicas, demonstrou eficiência e utilidade social.

Todavia, quando começou a mudar o modelo de acumulação, esses setores começaram a ser identificados cada vez mais como ineficientes e como tendo escassas probabilidades de adaptação aos novos padrões macroeconômicos já descritos. Inicia-se assim o desaparecimento radical dos produtores. O setor se defronta objetivamente com a necessidade de uma reconversão para obter uma nova inserção nos novos padrões de acumulação. É frente a este estímulo “negativo” que um setor de agricultores familiares, que dispõe de certos recursos, consegue continuar na produção e inicia uma “reconversão estrutural”, gerando o aparecimento de um novo tipo de agricultor familiar, difícil ainda de estimar em termos quantitativos.

Devemos enfatizar que este novo estilo de agricultura familiar se origina no interior mesmo da agricultura familiar das décadas anteriores, e que, enfrentando processos particulares de concentração e exclusão, conseguiu superá-los, continuando em sua condição de agricultor familiar e demonstrando que podem ser importantes agentes nos processos de modernização agrária, atingindo, ao mesmo tempo, uma alta eficiência social no uso dos recursos de que dispõem.



Este processo de gestação de um novo tipo de produtor familiar está fortemente associado a uma mudança na concepção da "ruralidade", que hoje é radicalmente diferente do contexto que apresentava o produtor há algumas décadas atrás. O mundo rural se urbanizou, tanto pelo encurtamento das distâncias motivado pelo desenvolvimento de vias de comunicação e pela chegada dos serviços urbanos como, fundamentalmente, porque a população rural internalizou os padrões simbólicos do meio urbano, tanto os referentes ao consumo como os referentes às aspirações sociais. (GÓMEZ, 1991; KMAID e RIELLA, 1991b; MÜLLER, 1990b)

Nesse sentido deve-se acrescentar o que nos diz Müller: "O atual mecanismo de incorporação, ao reproduzir o processo de trocas, abre caminhos à passagem da fazenda para a empresa, como maneira de apropriação do trabalho social, negando o caráter rural, de campo, e transformando o rural em urbano" (1980: 17). José Graziano da Silva acrescenta: "Em outras palavras, o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a 'fabricar' essas condições quando elas estão ausentes. Aqui, as inovações biológicas aparecem como fundamentais, no sentido de que são elas que potencializam as inovações químicas, físicas e mecânicas no setor agrícola, pois representam a própria reprodução da Natureza pelo capital à imagem e semelhança, isto é, submetida aos interesses do processo capitalista de produção" (1980: 3).

Este novo agente emergente na agricultura uruguaia será caracterizado em princípio como um empresário familiar rural; pensamos que este agente poderá atuar potencialmente nas condições que indicam o novo padrão de acumulação.

O termo "empresário familiar" é utilizado para assinalar a nova forma de gestão da agricultura familiar sob essas circunstâncias. É certo que esse termo se associa às relações sociais de produção, mas se propõe aqui uma leitura diferente. O empresário, em nosso entender, é um indivíduo que administra, gerencia e toma decisões para maximizar a rentabilidade dos recursos produtivos

O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero



O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero

que possui. Por isso, a categoria é utilizada tanto para quem possui, entre seus recursos, trabalho assalariado ou força de trabalho, principal ou unicamente, familiar. O que a categoria indica é só uma forma de gestão. Certamente, até hoje, na bibliografia sobre a temática, essa categoria foi utilizada só para os capitalistas. O que interessa assinalar é que, para maximizar o rendimento ou o lucro, conforme sejam capitalistas ou agricultores familiares, utiliza-se, de acordo com os recursos, uma gestão empresarial na realização da atividade produtiva.

O pequeno agricultor moderno tende a organizar de forma diferente suas relações com o mundo comercial e social. As margens de lucro de seu estabelecimento não dependem já só de sua família e das circunstâncias climáticas; dependem da produtividade social expressa na eficiência de suas compras produtivas, sua interação com as flutuações e determinações da indústria, o comércio e as finanças. A forma pela qual cada agricultor familiar utiliza esses fatores será o determinante central para explicar seus êxitos econômicos. Ademais, um agricultor que fez deles uma boa utilização poderá obter maiores lucros que outro agricultor familiar que, com maiores recursos, não tenha utilizado apropriadamente esses fatores. Esta conceituação insere-se no que alguns autores (MÜLLER, 1990c; MARTINE, 1991) chamam de “agricultor familiar moderno”, que se originou no Brasil, ligado principalmente aos processos de agroindustrialização.

Em resumo, as transformações agrárias das duas últimas décadas também implicaram emergência de uma nova camada social de empresários familiares rurais, ou agricultores familiares modernos, que atuam como agentes importantes em vários itens da produção.

Esta observação leva-nos a propor a necessidade de impulsionar políticas para a modernização da agricultura familiar, não com a intenção de manter todos os produtores sem distinção. O que se pretende é conseguir manter o maior potencial humano possível que esses agricultores representam, no espaço social em que conseguem ser mais úteis: *trabalhando a terra*. Isso não significa mudar



as regras do jogo do modelo de acumulação, já que estas se encontram num momento de expansão e dificilmente poderiam ser modificadas substancialmente nos próximos anos, mas sim assinalar que a pequena produção foi e ainda é socialmente eficiente. Talvez o mais importante desta colocação seja começar a retirar a idéia de "tradicionalista" que se deu ao agricultor familiar, e começar a dar ênfase à apreensão de novos elementos que esses produtores incorporaram à sua forma de agir para enfrentar as novas condições econômicas.

Outro elemento a considerar, como já indicado, é que a sensibilização pela conservação do meio ambiente produziu uma mudança relevante nos padrões de consumo alimentar, o que produz um aumento na procura de frutas e hortaliças frescas, permitindo uma revitalização da produção de itens especificamente vinculados à agricultura familiar. Esta, por outra parte, está destinada a ter um papel relevante num modelo de desenvolvimento sustentável. Este modelo, por sua vez, seguramente reforça as tendências para o surgimento desse novo tipo de agricultor.

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

CONCLUSÃO

O presente artigo pretende propor o problema dos agricultores familiares e ilustrá-lo com um exemplo. Foi possível perceber que os agricultores familiares (atores vivos num cenário da sociedade agrícola nacional) podem encontrar um espaço que os projete dentro deste novo padrão de acumulação, demonstrando sua capacidade de adaptação e sua disposição ao risco – em termos de empresa familiar. Essa capacidade já lhes permitiu incorporar tecnologias e variedades novas de produção, criando as possibilidades para continuar a operar na produção.

Além disso, pensamos que é importante o fato de termos assinalado uma forma de encarar seu estudo³ com o que se considera exploração familiar em seu conjunto, procurando deixar em evidência as diferentes lógicas pelas quais os produtores determi-



O moderno agricultor familiar no Uruguai

Juan Romero

¹ É importante assinalar que os dados aqui apresentados formam parte de estudos preliminares feitos na Universidad de la República — Facultad de Ciencias Sociales, pelo Grupo de Investigación en Sociología Agraria, o qual integramos; esses estudos foram concluídos com argumentação e hipóteses de trabalho incluídos em projeto de pesquisa para o Mestrado na USP apresentado à FAPESP, e aprovado. Parte deste trabalho foi apresentado no XX CONGRESO ALAS, realizado no México entre 2 e 5 de outubro de 1995, no Grupo de Trabalho "Crisis Agrícolas, Globalización y Alternativas Campesinas".

nam suas decisões fundamentais. Estas lógicas se definem em função de um determinado número de sistemas, a seguir mencionados, e que caberá detalhar : a) o sistema de produção; b) o sistema de propriedade da terra; c) o sistema familiar; d) o sistema de valores sociais; e, por último, o sistema de representação social.

É necessário, para cada tipo de produtor, considerar os diferentes níveis de realidade dos quais se irá falar e analisar, e, ainda, que a agricultura familiar é, a um mesmo tempo, uma memória, um desafio, uma situação e uma ambição. Da importância atribuída a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro. Todas estas especificações constituem os "filtros" necessários para que uma determinada sociedade possa vir a compreender a existência em seu interior da produção familiar e para que se analisem as possibilidades e as condições de seu desenvolvimento.■

ROMERO, Juan. Small farmers in modern Uruguay. **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, 4: 125-153, I.sem. 1997.

Abstract: The article examines the adaptation of cultural complexes to the changing realities of Uruguay's modern rural economy as a process leading to the rise of new social agents and of a new "productive culture".

Uniterms: rural sociology - small farmers - modernization - agriculture - Uruguay.



BIBLIOGRAFIA

O moderno agricultor familiar no
Uruguai
Juan Romero

DE JANVRY, A.; LEVEEN, P. e RUNSTEN, D. *Mechanization in California agriculture: the case of canning tomatoes.* San José: IICA, 1980.

GÓMEZ, Sergio. Dilemas de la sociología rural frente a la agricultura y el mundo rural en la América Latina de hoy. *DT FLACSO.* Chile: 31, 34, 1992.

_____. Nuevas estructuras agrarias en América Latina. *DT FLACSO.* Chile; 29, 23, 1992.

JEAN, Bruno. Produção familiar, processos e conflitos agrários. *Cadernos de Sociologia.* Porto Alegre: Edit.UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994, v.6, parte II, p.57.

KMAID, G. RIELLA, A. La(s) sociologia(s) rural(es). *Revista de Ciencias Sociales.* Montevidéu: 7, 77, 1992.

_____. La sociología rural en Uruguay: estado actual y perspectivas ante la integración regional In: *La Sociología Rural en el Cono Sur.* Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, 1993.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar — comparação internacional: uma realidade multiforme.* Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. *Lua Nova,* 23, 19, 1991.

MENDRAS, Henry. *La fin des paysans.* Paris: Sedeis, 1967.

_____. La France rurale: une vitalité foisonnante. *Revue Pour, La Ruralité de l'horizon 2000.* Toulouse: Edit. Privat, 1985.

_____. *Sociétés Paysannes.* Col. U. Paris: Armand Colin, 1972.

MÜLLER, Geraldo. Modernización y pequeña producción. *Revista Paraguaya de Sociología.* 78, 25, 1990.

_____. *Estado, estrutura agrária e população.* Petrópolis/São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1980.

O moderno agricultor familiar no Uruguai
Juan Romero

NEWBY, H. e SEVILLA GÚZMAN, E. *Introducción a la sociología rural*. Madrid: Alianza, 1983.

PIÑEIRO, Diego. *Nuevos y no tanto: los actores sociales para la modernización del agro uruguayo*. Uruguay: CIESU-EBO, 1991.

_____. Reflexiones (im)pertinentes sobre el futuro del agro uruguayo. *Debate Agrário*. Lima: p.54, jan.-maio 1992.

RAMOS, Alvaro. *La integración de los mercados y su impacto sobre los pequeños productores*. Montevidéu, 1993. (Trabalho apresentado em seminário organizado pelo PROCODER-IIICA, em Montevideu, abr. 1993).

SANTOS, Eduardo. *La internacionalización de la producción agropecuaria y el comercio agrícola mundial*. Buenos Aires: GEL, 1992.

SILVA, José F. Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Teses e Pesquisas. São Paulo: Hucitec, 1980.

TCHAYANOV, A. *Por une théorie des systèmes économiques non capitalistes. Analyse et Prévision*. Junio 1972.

TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

VESSURI, H.M.C. Cambio técnico y la organización social de la producción agrícola. *Estudios Rurales Latinoamericanos* 5 (2), 121, maio-ago. 1982.